

**Memorando da Audiência com a Comissão Parlamentar de Saúde
Sociedade Portuguesa de Cardiologia
Lisboa, 22 de fevereiro de 2017**

Em Portugal, cerca de 10 mil pessoas, em média, poderão sofrer um episódio de Morte Súbita Cardíaca, tendo em conta os números da mortalidade cardiovascular registados anualmente. Não obstante, estes números poderiam ser inferiores se a sociedade civil estivesse preparada para responder eficazmente numa situação de emergência médica, através da ativação da cadeia de socorro e do início de manobras de **Suporte Básico de Vida (SBV)/ Desfibrilhador Automático Externo (DAE)**, o que implica o envolvimento por parte de todos os potenciais intervenientes no processo, através da frequência de uma ação de formação de poucas horas.

A Sociedade Civil ainda não está sensibilizada para a questão da Morte Súbita (MS) e a grande maioria não sabe aplicar manobras de SBV, nem manusear um Desfibrilhador Automático Externo (DAE), o que se traduz num número elevado de não-sobreviventes ou de sobreviventes com lesões cerebrais irreversíveis. Para além do sofrimento terrível para as famílias, o peso social e económico da manutenção destas vidas, no que diz respeito à capacidade de socialização, é inegavelmente excessivo.

A Sociedade Portuguesa de Cardiologia (SPC) considera fulcral a implementação de medidas de promoção da literacia em saúde e da cidadania nesta matéria, com o intuito de fomentar o acesso à formação em SBV/DAE e, assim, educar o maior número possível de cidadãos.

De forma a congregar o máximo de informação real e útil, a Sociedade Portuguesa de Cardiologia convidou e reuniu, no passado dia 10 de fevereiro de 2017, com 50 entidades acreditadas em formação em SBV/DAE. Este encontro promoveu a discussão e definição de consensos, reunindo várias propostas de otimização da atual legislação e também no sentido de propor nova legislação para colmatar várias necessidades identificadas.

PROPOSTAS APRESENTADAS EM AUDIÊNCIA:

1 - Incrementação dos locais previstos para a **obrigatoriedade de colocação de DAE** nos seguintes locais:

Ginásios;

Provas de Desporto com uma participação acima de 300 pessoas;

Escolas e Faculdades.

2 - **Formação em SBV e DAE, em simultâneo:** O Curso de SBV ministrado pelo INEM e entidades acreditadas deverá ter sempre incluída a vertente DAE.

a) Adaptar a formação nas escolas – com uma componente prática, obrigatória, alocada às aulas de Educação Física;

3 – Proposta de acoplação da **formação em SBV e DAE**, à obtenção da **licença da carta de condução**, com carácter obrigatório.

4 - **Formação em SBV+DAE a categorias profissionais**, onde se justifique pelo risco de ocorrência de potenciais episódios de MS.

a) Polícias Municipais e Seguranças;

b) Funcionários Hospitalares e Centros de Saúde;

c) Escolas e Universidades (docentes, pessoal administrativo e alunos);

d) Professores e auxiliares de Jardins de Infância.

5 – **Alteração da Lei do uso de DAE**, para a permissão de uso quando o utilizador, cidadão não-médico, tenha formação em SBV e DAE, em caso de prestação de auxílio, o que passaria a ser generalizado se for legislada a proposta #3



**Memorando da Audiência com a Comissão Parlamentar de Saúde
Sociedade Portuguesa de Cardiologia
Lisboa, 22 de fevereiro de 2017**

A Sociedade Portuguesa de Cardiologia alerta, ainda, para a necessidade do caráter obrigatório de todas as medias propostas e da importância de após a implementação da lei, serem introduzidos meios de fiscalização para garantir o seu cumprimento, no sentido de prevenir a não implementação das medidas acima propostas, pela iliteracia e falta de sensibilização que identificamos na nossa população.

Todas as propostas foram apresentadas pela delegação da SPC, constituída pelo Presidente, Dr. Miguel Mendes, e pela Secretária Geral, Dra. Regina Ribeiras, tendo sido posteriormente discutidas, sem que tivessem sido evidenciadas discordâncias pelos Srs. Deputados, presentes na audiência SPC - Comissão Parlamentar da Saúde (CPS).

Foi proposto, pelo Presidente da CPS, Sr. Dr. José de Matos Rosa, à SPC que apresente as conclusões e moções que resultarem da reunião SPC-Entidades Formadoras em SBV/DAE. Ficou por isso, programada, uma nova audiência e mais global, a agendar brevemente, com os responsáveis dos Ministérios da Saúde e da Educação, a Comissão Parlamentar da Saúde, a Comissão Parlamentar de Educação e Ciência, o Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) e o Conselho Português de Ressuscitação (CPR), entidades formadoras da área do SBV/DAE e SPC.